

Economia Brasil
 ESTADO DE SÃO PAULO
Que nos espera?

Tempos houve em que a estrutura social brasileira comportava análises simplicistas, ao gosto de quem acreditava que tudo se reduzia à luta de classes. Havia dominadores e dominados; e os dominados eram necessariamente ricos e poderosos, para que os dominados fossem inelutavelmente pobres e humildes. Hoje, já não é assim. A sociedade reestruturou-se de tal forma que a exploração dos menos favorecidos deixou de ser o monopólio dos ricos, a que se referia o chavão, e tornou-se privilégio dos oligopólios sindicais criados à sombra do Estado e de suas empresas.

Pobre de quem é pobre neste país, onde as greves se dirigem contra quem menos tem. Quem pouco tem depende vitalmente dos serviços públicos de saúde, da polícia, da Justiça e do ensino; também não come, porque não cozinha, se não tiver gás liquefeito. Pois todos esses serviços estão em greve ou às vésperas da paralisação. A dura vida de milhões de brasileiros que ganham pouco — não serão eles, também, operários? — está-se complicando ainda mais, numa clara demonstração de que o homem é o lobo do homem... e os humildes de ontem devoram os humildes de hoje.

O cordeiro vestiu a pele do lobo, fez-se lobo pelo hábito e viciou-se numa dieta rica em hemoglobina. Para conseguir o que querem — e o que querem é o imediato, aqui e agora — os sindicatos que congregam trabalhadores em serviços essenciais criaram uma linguagem profundamente egoísta, conquanto aparentemente protetora dos interesses dos usuários, que na realidade são vítimas desprotegidas. De fato, vítimas duplamente inermes, de vez que o Estado, que as deveria proteger dos excessos corporativos, ou se omite, ou incentiva os lobos vestidos de cordeiro, dando-lhes a garantia da imunidade e a certeza da recompensa, pois os dias parados são

pagos e contados para efeito de tempo de serviço.

O resultado é um total desprezo pela vida humana, valor supremo agora rebaixado por direitos sociais supostamente superiores. Este descuido com a vida humana não se manifesta apenas nos dolorosos casos de omissão de socorros que causam mortes e lesões irreparáveis àqueles que procuram os hospitais no momento errado. A vida também é objeto de perigosa aposta quando a polícia relaxa os seus já precários serviços e quando a Justiça deixa de funcionar. Também é da vida que se trata, quando milhões de crianças e adolescentes se vêem privados de ensino adequado, para que funcionários e professores garantam o que julgam ser seus — exclusivamente seus — direitos. Ou não podem vacinar-se porque os técnicos estão em greve!

É a lei da selva. Já não existe solidariedade e esta fragmentação ocorre em todos os sentidos e eixos. Os sindicatos que correm atrás da reposição salarial — expressão-fetiche que justifica qualquer ação — recomendam a seus filiados que paralisem apenas as empresas que estejam produzindo normalmente, isto é, que tenham sido menos atingidas pelos efeitos do Plano Brasil Novo. Nas empresas atingidas, supõe-se que os empregos estejam ameaçados. Portanto, a estratégia grevista visa às empresas equilibradas, pouco importando que as consequências sejam reduzir tais firmas à condição daquelas já abaladas. Em São Paulo, o Poder Judiciário existe, mas não funciona há mais de mês, imobilizado por uma greve que todos fingem não perceber, exceto os milhares de interessados, inocentes ou culpados, que se estão equilibrando sobre o fio da espada de uma Justiça cega e com os demais sentidos embotados. A Justiça está parada; a Assembléia não vota as medidas que poderiam encaminhar uma solução para o

impasse; e o Executivo, usurpando antigas funções judicantes, lava as mãos. Ativos, sómente os grevistas, que agora ameaçam ocupar a Assembléia para obrigar, com sua presença forçada — e, esperamos, silente e pacífica —, a uma solução.

Entre o dever e a transigência, transige-se. O governo impôs à Nação pesados sacrifícios, para que a inflação fosse debelada. Em troca, prometeu sujeitar-se a um programa de austeridade que incluía entre outras medidas o fechamento ou a venda de empresas estatais e o corte de cerca de 360 mil funcionários — meta que agora o secretário da Administração diz não ter fixado, quanto aos números e quanto à data. Pois até isso é objeto de negociação e transigência, embora o setor privado tenha arcado com obrigações compulsórias e inescapáveis. Sentindo o dever de transigir, o ministro Ozires Silva, com a anuência do presidente Collor de Mello — ao que se noticiou amplamente —, comprometeu-se a ouvir os sindicatos que formam a Federação dos Portuários, Avulsos e Estivadores antes de proceder a qualquer demissão na área da Portobrás. Não foi só o ministro da Infra-Estrutura que capitulou. Na área da Educação, os reitores das Universidades federais venceram a parada e não demitirão o excesso de funcionários e professores, que em algumas unidades chega a níveis absurdos de 18 funcionários por aluno. O compromisso, agora — e nele acredite quem quiser —, é de aumentar a produtividade das escolas, pelo aumento do número de vagas à disposição dos candidatos ao ensino superior.

O rigor e a energia que pareciam a marca registrada da Era Collor correm o risco de transformar-se na auto-indulgência, na transigência e na lassidão, na União e nos Estados. Que mais nos espera?